

APODI PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2023

APODI PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Apodi Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Apodi Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Apodi Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 29 de maio de 2024

APODI PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	70	78
Outros créditos		1	-
Total do ativo circulante		71	78
Não circulante			
Investimentos	5	20.479	16.107
Total do ativo não circulante		20.479	16.107
Total do ativo		20.550	16.185
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		2	2
Total do passivo circulante		2	2
Não circulante			
Partes relacionadas	6	-	32
Total do passivo não circulante		-	32
Patrimônio líquido	7		
Capital Social		19.495	19.410
Reserva legal		268	52
Reserva de retenção de lucros		785	(3.312)
Total do patrimônio líquido		20.548	16.151
Total do passivo e patrimônio líquido		20.550	16.185

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

APODI PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	8	(65)	(51)
Resultado da equivalência patrimonial	5	4.372	1.100
		4.307	1.049
Lucro operacional antes do resultado financeiro		4.307	1.049
Receitas financeiras		8	-
Despesas financeiras		(2)	(3)
Resultado financeiro		6	(3)
Lucro líquido do exercício		4.313	1.046
Quantidade de ações		19.495.335	19.410.335
Lucro por ação, expresso em Reais		0,22	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

APODI PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	4.313	1.046
Resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>4.313</u>	<u>1.046</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

APODI PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	18.915	-	-	(4.306)	14.609
Aumento de Capital Social	495	-	-	-	495
Lucro do exercício	-	-	-	1.046	1.046
Reserva legal	-	52	-	(52)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	19.410	52	-	(3.312)	16.150
Aumento de Capital Social	85	-	-	-	85
Lucro do exercício	-	-	-	4.313	4.313
Reserva legal	-	216	-	(216)	-
Retenção de lucros	-	-	785	(785)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	19.495	268	785	-	20.548

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

APODI PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.313	1.046
Ajustes para conciliar o lucro antes dos impostos ao caixa:		
Resultado da equivalência patrimonial	<u>(4.372)</u>	<u>(1.100)</u>
	(59)	(54)
(Aumento)/redução nos ativos operacionais		
Outros créditos	(1)	-
Aumento/(redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	-	2
Partes relacionadas	(32)	(375)
Outros	(1)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(93)</u>	<u>(427)</u>
Atividade de financiamento		
Aumento de capital	<u>85</u>	<u>495</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades financiamento	<u>85</u>	<u>495</u>
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>(8)</u></u>	<u><u>69</u></u>
No início do exercício	78	9
No final do exercício	70	78
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>(8)</u></u>	<u><u>69</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações gerais

A Apodi Participações S.A (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 08 de fevereiro de 2017, com prazo de duração indeterminado, com sede em São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto social a realização de estudos envolvendo quaisquer fatores capazes de influenciar os projetos, a construção, a operação e a manutenção de instalações relacionadas às atividades de geração de energia da Companhia e das sociedades por ela investidas, bem como, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares à consecução do seu objeto social; investimento em novos projetos de infraestrutura e/ou expansão de projetos já existentes, implantados ou em processo de implantação, especialmente na área de geração de energia elétrica, incluindo a promoção de estudo e atividades de planejamento e construção das instalações relativas aos projetos da Companhia e sociedades por ela investidas, realizando e captando os investimentos necessários para o desenvolvimento das obras ou da operação e manutenção das instalações; e participação como acionista ou quotista, em outras sociedades que tenham como objeto social exclusivamente a participação em projetos de infraestrutura e empreendimentos na área de energia elétrica no Brasil.

A Companhia é detentora de 12,5% das SPEs: Apodi I, Apodi II, Apodi III e Apodi IV, responsáveis em conjunto pela operação de 162,4 MWp em parques solares na cidade de Quixeré, CE. A energia foi vendida no ambiente de contratação regulado (leilão Aneel 09/2015, de energia de reserva) pelo prazo de 20 anos. O parque está operacional desde novembro de 2018.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Base de elaboração

Essas demonstrações financeiras estão sendo preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com a NBC TG 1000 (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.6.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução da diretoria na data de 29 de maio de 2024.

2.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas investidas. Em todas as informações financeiras apresentadas em reais os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Práticas contábeis materiais

3.1. Investimentos em coligadas

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto destas políticas.

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias. Os investimentos da Companhia em suas coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da coligada. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A soma da participação da Companhia nos resultados de uma coligada é apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado após os tributos e as participações de não controladores nas controladas da coligada.

As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil, e reconhece a perda em "Resultado da equivalência patrimonial", na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre as coligadas, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possui as seguintes participações nas suas coligadas:

	Participação %	
	2023	2022
Apodi I Energia SPE S.A.	12,5%	12,5%
Apodi II Energia SPE S.A.	12,5%	12,5%
Apodi III Energia SPE S.A.	12,5%	12,5%
Apodi IV Energia SPE S.A.	12,5%	12,5%

3.2. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem.

A Companhia classifica o caixa e equivalentes de caixa nessa categoria.

Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A Companhia não apresenta ativos financeiros classificados nessa categoria.

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. A Companhia não apresenta ativos financeiros classificados nessa categoria.

ii) Passivos financeiros

Classificação e mensuração

A administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os passivos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de empréstimos e financiamentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do passivo financeiro.

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os passivos dessa categoria são classificados como passivos não circulantes quando liquidados após 12 meses. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem.

A Companhia não apresenta ativos financeiros classificados nessa categoria.

Outros passivos financeiros

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

A Companhia classifica o saldo de partes relacionadas nessa categoria, apesar de não haver incidência juros sobre estes lançamentos.

3.3. Tributação

Imposto de Renda e Contribuição Social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, os quais são registrados com base no princípio do regime de competência e calculados conforme legislação fiscal em vigor, tendo por base o "Lucro Real".

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para se contabilizar certos ativos, passivos, receitas e despesas e respectivas divulgações nas notas explicativas. As principais estimativas utilizadas referem-se a: seleção de vida útil do ativo imobilizado, provisões necessárias para riscos fiscais, provisão para créditos de liquidação duvidosa, premissas de recuperação do valor residual do imobilizado e outras similares.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3.6. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a NBC TG 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.7. Normas e Interpretações novas e revisadas

3.7.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

- Contratos de Seguros (CPC 50)/IFRS 17;
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações (CPC 23)/IAS 8;
- Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos decorrentes de uma única transação (alterações no CPC 32 (IAS 12));
- Apresentação das Demonstrações Financeiras - Julgamentos de Materialidade (CPC 26/IAS 1).

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia e, portanto, não afetando a sua posição patrimonial e financeira.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Compete ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a emissão de novos pronunciamentos, além da revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, tais como:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26 (IAS 1));
- Passivo de Locação em uma operação Sale and Leaseback (alterações ao CPC 06 (IFRS 16));
- Divulgações sobre os acordos de financiamento de fornecedores - (alterações ao CPC 03 (IAS 7) e CPC 40 (IFRS)).

A Companhia está avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações financeiras quando esses entrarem em vigor.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Contas correntes bancárias	70	78
	<u>70</u>	<u>78</u>

5. Investimentos

a) Movimentação dos investimentos

	2023	2022
Saldos iniciais	16.107	15.007
Resultado líquido da equivalência patrimonial	4.372	1.100
Resultado da equivalência patrimonial	4.372	1.122
Ajuste da equivalência patrimonial	-	(22)
Saldos finais	<u>20.479</u>	<u>16.107</u>

APODI PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Informação sobre as investidas

	Apodi I	Apodi II	Apodi III	Apodi IV	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023					
Capital Social	35.000	35.000	35.000	35.000	-
Patrimônio líquido	39.407	42.138	41.138	41.148	-
Lucro do exercício	8.362	9.280	8.425	8.906	-
Quantidade de ações possuídas	4.375	4.375	4.375	4.375	-
% de participação	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	-
Resultado da equivalência patrimonial	1.045	1.160	1.053	1.113	4.372
Saldos do investimento	4.926	5.267	5.142	5.144	20.479
Saldos em 31 de dezembro de 2022					
Resultado da equivalência patrimonial	232	355	243	293	1.123
Saldos de investimento	3.881	4.107	4.089	4.030	16.107

APODI PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Partes relacionadas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Passivo		
Não circulante		
Rodrigo Fernando Pereira de A e Mello	-	32
	<u>-</u>	<u>32</u>

As operações entre partes relacionadas são realizadas em condições específicas pactuadas entre as partes. Os saldos passivos mantidos com pessoas físicas referem-se a despesas da Companhia pagas pelos ex-sócios. Essas transações não possuem vencimento nem são corrigidas monetariamente. Em 04 de outubro de 2023, ocorreu o pagamento do saldo em aberto de 2022.

Remuneração do pessoal-chave da administração

A administração da Companhia é realizada pelos diretores de seus acionistas controladores, sem repasse dos custos relacionados.

A Companhia não concede aos seus administradores remuneração baseada em ações, benefícios pós-emprego ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho, além dos previstos pela legislação aplicável.

7. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 19.495 (R\$ 19.410 em 2022) e está representado por 19.495.335 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Pacto Solar Participações S/A	3.971.988	3.954.670
XP Infra II Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	15.523.347	15.455.665
	<u>19.495.335</u>	<u>19.410.335</u>

Conforme AGE de 16 de outubro de 2023, os acionistas deliberaram sobre o aumento de capital social da companhia no valor de R\$ 85 (oitenta e cinco mil reais) representado por 85.000 (oitenta e cinco mil) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Despesas gerais e administrativas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Por função		
Despesas gerais e administrativas	(65)	(51)
	<u>(65)</u>	<u>(51)</u>
Por natureza		
Serviços com pessoa jurídica	(63)	(50)
Outras despesas	(3)	(1)
	<u>(65)</u>	<u>(51)</u>

9. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa e partes relacionadas.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Em 31 de dezembro de 2023, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia.

A Companhia não realiza operações de *hedge*, *swap* ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos. Em função do atual estágio de suas operações, a Companhia não está sujeita aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez ou regulatórios.